




## ANARP RELATÓRIO E CONTAS DE 2017

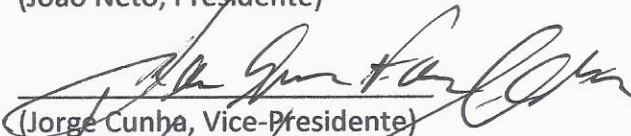
A Direção da Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial (ANARP), Instituição Particular de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública sem fins lucrativos, apresenta o Relatório e Contas de 2017, constituído pelos seguintes documentos:

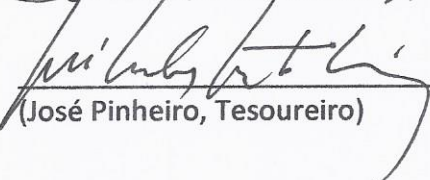
- Relatório;
- Demonstração de Resultados e Balanço;
- Proposta de Aplicação dos Resultados;
- Parecer do Conselho Fiscal;

Porto, 08 de Março de 2018

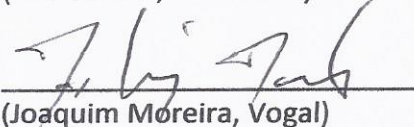
A Direção:

  
\_\_\_\_\_  
(João Neto, Presidente)

  
\_\_\_\_\_  
(Jorge Cunha, Vice-Presidente)

  
\_\_\_\_\_  
(José Pinheiro, Tesoureiro)

\_\_\_\_\_  
(Ana Santos, Secretária)

  
\_\_\_\_\_  
(Joaquim Moreira, Vogal)



## RELATÓRIO -SÍNTESE

Durante o ano de 2017 a atividade do Fórum da ANARP decorreu conforme planeado, com o número de utentes apoiados no limite superior da instituição. Os serviços de Apoio às Famílias assim como à Residência Autónoma mantêm o seu desenvolvimento, comprovando a sua necessidade, embora sem os financiamentos públicos pedidos. O relatório com todos os detalhes das actividades encontra-se disponível para consulta.

No Centro Infantil (CINA), a atividade também decorreu conforme o plano, em todas as vertentes de respostas sociais de apoio à infância: Creche, Jardim-de-Infância e CATL, e acreditamos que foi conseguido prestar aos familiares das crianças um apoio cada vez mais pessoal e organizado. No entanto, ainda não foi possível obter os devidos apoios da Segurança Social para as respostas já em prática, o que limita o funcionamento das respetivas atividades. O relatório com todos os detalhes da actividade também se encontra disponível para consulta.

Em relação às Contas, o total de receitas foi de €736.730,39 dos quais €261.608,57 em participações familiares, €460.167,96 em participações da Segurança Social e €14.953,86 em rendimentos diversos, apurando-se o resultado líquido de €1.484,93.

A ANARP continua com resultados positivos, mas com dificuldades de tesouraria pelo fato de não conseguir obter financiamentos necessários para atividades que vem desenvolvendo.



## CONTAS

ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 503631507

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	232 460,88	249 341,64
Investimentos financeiros	11.1	1 818,94	1 232,64
		234 279,82	250 574,28
Activo corrente			
Inventários	6	907,97	1 132,01
Créditos a receber	11.3	2 247,50	1 020,00
Estado e outros entes públicos	11.9	1 062,51	1 983,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	830,00	312,50
Diferimentos	11.5	3 239,87	2 537,05
Outros ativos correntes	11.4	8 320,99	3 665,29
Caixa e depósitos bancários	11.6	17 963,99	6 508,91
		34 572,83	17 158,95
<b>Total do ativo</b>		<b>268 852,65</b>	<b>267 733,23</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Reservas	11.7	79 807,66	79 807,66
Resultados transitados	11.7	-113 682,63	-114 531,35
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	143 653,79	148 442,25
		109 778,82	113 718,56
Resultado líquido do período		1 484,93	848,72
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>111 263,75</b>	<b>114 567,28</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	20 018,69	38 116,02
		20 018,69	38 116,02
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	3 327,53	7 700,26
Estado e outros entes públicos	11.9	24 549,00	27 326,03
Financiamentos obtidos	5	24 000,00	0,00
Diferimentos	11.5	4 216,85	1 312,30
Outros passivos correntes	11.10	81 476,83	78 711,34
		137 570,21	115 049,93
<b>Total do passivo</b>		<b>157 588,90</b>	<b>153 165,95</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>268 852,65</b>	<b>267 733,23</b>

A Direção

Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção da ANARP propõe que o resultado líquido de 2017 de **€1.484,93** seja aplicado integralmente em Resultados Transitados.

ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte 503631507

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	261 608,57	275 400,03
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	460 167,96	470 653,18
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-43 901,06	-51 698,12
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-148 951,46	-150 492,88
Gastos com o pessoal	9	-517 122,30	-529 598,88
Outros rendimentos	11.13	14 953,86	8 562,44
Outros gastos	11.14	-7 614,33	-10 601,44
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>19 141,24</b>	<b>12 224,33</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-16 880,76	-8 729,79
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 260,48</b>	<b>3 494,54</b>
Juros e gastos similares suportados	11.15	-775,55	-2 645,82
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1 484,93</b>	<b>848,72</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 484,93</b>	<b>848,72</b>

A Direção

Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*  
 João Filipe Santos  
 João Filipe Santos

*[Handwritten signature]*  
 Contabilista



ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA  
REABILITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO PSICOSSOCIAL

## PARECER DO CONSELHO FISCAL



Associação Nova Aurora  
Reabilitação e Reintegração  
Psicossocial

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores associados,

O Conselho Fiscal, dando cumprimento às disposições Legais e Estatutárias conforme o estabelecido no Art.º 44, alínea c), vem submeter a V. Ex.as. o seu relatório e dar nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas, para o ano de 2017, apresentados pela Direção da Associação Nova Aurora.

Assim:

1. O Conselho, ao longo do período em análise, efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas, obtendo, quer da parte da Direção todas as informações relativas aos aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida, quer dos serviços administrativos contabilísticos, todos os esclarecimentos solicitados;
2. Excluído este facto, não existe conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos e os preceitos legais aplicáveis revelando os números, valores idênticos aos previstos no orçamento aprovado pela Assembleia Geral para o exercício em apreço;
3. Este conselho constatou que os objetivos a que se propôs a Direção, para a nossa Associação, estão a ser seguidos;
4. De salientar que o resultado líquido do exercício apurado foi de 1 484, euros.
5. A terminar, o Conselho deseja manifestar o seu agrado pela obtenção de resultados líquidos positivos e solicitar à Direção que mantenha o rigor demonstrado;





Associação Nova Aurora  
Reabilitação e Reintegração  
Psicossocial

6. Tudo, considerado, incluindo o teor do Relatório da Direção, e documentos relativos às Contas, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos do parecer que a Assembleia Geral:

- a. Aprove o Relatório da Direção e as Contas, referentes ao exercício de 2017;
- b. Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório da Direção.

Porto, 9 de Março 2018

António Fernando Mesquita Barbeitos

Laura Couto Queiroz

Maria Helena Candeias Soares

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**  
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**  
2017

**DENOMINAÇÃO** ANARP – ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA

**MORADA** Rua Coronel Almeida Valente

**N. 280 ANDAR LOCALIDADE** Porto

**FREGUESIA** Paranhos

**CONCELHO** Porto

**COD. POSTAL** 4200-030

EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIREÇÃO**

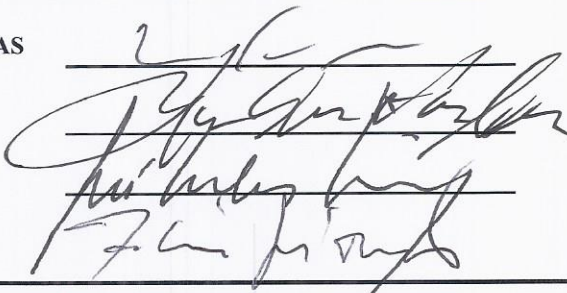
**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**LOCAL:** Porto

**DATA:** Porto, \_\_\_\_\_

Porto, \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS**



**ASSINATURA DO PRESIDENTE**



ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 503631507

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	232 460,88	249 341,64
Investimentos financeiros	11.1	1 818,94	1 232,64
		234 279,82	250 574,28
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	6	907,97	1 132,01
Créditos a receber	11.3	2 247,50	1 020,00
Estado e outros entes públicos	11.9	1 062,51	1 983,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	830,00	312,50
Diferimentos	11.5	3 239,87	2 537,05
Outros ativos correntes	11.4	8 320,99	3 665,29
Caixa e depósitos bancários	11.6	17 963,99	6 508,91
		34 572,83	17 158,95
<b>Total do ativo</b>		268 852,65	267 733,23
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Reservas	11.7	79 807,66	79 807,66
Resultados transitados	11.7	-113 682,63	-114 531,35
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	143 653,79	148 442,25
		109 778,82	113 718,56
Resultado líquido do período		1 484,93	848,72
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		111 263,75	114 567,23
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	5	20 018,69	38 116,02
		20 018,69	38 116,02
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.8	3 327,53	7 700,26
Estado e outros entes públicos	11.9	24 549,00	27 326,03
Financiamentos obtidos	5	24 000,00	0,00
Diferimentos	11.5	4 216,85	1 312,30
Outros passivos correntes	11.10	81 476,83	78 711,34
		137 570,21	115 049,93
<b>Total do passivo</b>		157 588,90	153 165,95
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		268 852,65	267 733,23

A Direção

Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

ANARF - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte 503631507

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	261 608,57	275 400,03
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	460 167,96	470 653,18
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-43 901,06	-51 698,12
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-148 951,46	-150 492,88
Gastos com o pessoal	9	-517 122,30	-529 598,88
Outros rendimentos	11.13	14 953,86	8 562,44
Outros gastos	11.14	-7 614,33	-10 601,44
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>19 141,24</b>	<b>12 224,33</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-16 880,76	-8 729,79
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 260,48</b>	<b>3 494,54</b>
Juros e gastos similares suportados	11.15	-775,55	-2 645,82
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1 484,93</b>	<b>848,72</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 484,93</b>	<b>848,72</b>

A Direção

Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Entidade: ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 503631507

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Projeto Fundação C. Gulbenkian	ERASMUS+	INR Projeto 1/2017	INR Projeto 14/2017	INR Projeto 26/2017	INR Projeto 634 e 917/2015	Fórum	CINA Creche	CINA escolar	Pré-escolar	CINA	CATL	PERÍODOS	
														2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47 745,95	53 496,50	84 833,12	0,00	75 533,00	0,00	261 608,57	275 400,03
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-6 360,00	-2 320,38	-778,70	-1 733,45	-2 000,66	0,00	-153 081,34	-135 725,94	-153 815,64	0,00	-103 207,25	0,00	-561 023,36	-581 647,55
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-6 360,00</b>	<b>-2 320,38</b>	<b>-778,70</b>	<b>-1 733,45</b>	<b>-2 000,66</b>	<b>0,00</b>	<b>-105 335,39</b>	<b>-82 229,44</b>	<b>-70 982,52</b>	<b>0,00</b>	<b>-27 674,25</b>	<b>0,00</b>	<b>-299 414,79</b>	<b>-306 247,52</b>
Outros Rendimentos	8/11.1/1/1.1.1.3	12 644,12	4 233,35	2 626,09	2 774,32	2 887,80	0,00	197 530,78	116 582,44	113 936,36	0,00	21 906,56	0,00	475 121,82	479 215,62
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	4/11.1.2	-18 457,47	-3 444,79	-2 836,16	-1 734,47	-2 127,94	0,00	-39 403,23	-45 709,01	-42 916,48	0,00	-9 312,67	0,00	-168 832,22	-158 872,12
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	11.1.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 478,76	-1 372,49	-1 283,88	0,00	-260,95	0,00	-7 614,33	-10 601,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-12 173,35	-1 531,82	-978,77	-693,60	-1 240,80	-3 218,25	51 313,40	-12 728,50	-1 246,52	-1 246,52	-15 241,31	0,00	2 260,48	3 494,54
Gastos de financiamento (líquidos)	11.1.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-112,22	-312,50	-291,99	0,00	-58,84	0,00	-775,55	-2 645,82
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-12 173,35</b>	<b>-1 531,82</b>	<b>-978,77</b>	<b>-693,60</b>	<b>-1 240,80</b>	<b>-3 218,25</b>	<b>51 201,18</b>	<b>-13 041,00</b>	<b>-1 538,51</b>	<b>0,00</b>	<b>-15 300,15</b>	<b>0,00</b>	<b>1 484,93</b>	<b>846,72</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-12 173,35</b>	<b>-1 531,82</b>	<b>-978,77</b>	<b>-693,60</b>	<b>-1 240,80</b>	<b>-3 218,25</b>	<b>51 201,18</b>	<b>-13 041,00</b>	<b>-1 538,51</b>	<b>0,00</b>	<b>-15 300,15</b>	<b>0,00</b>	<b>1 484,93</b>	<b>846,72</b>

*Handwritten signature: João Espírito Santo*

*Handwritten signature: João Espírito Santo*

ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		259 876,07	274 067,53
Pagamentos a fornecedores		-193 448,07	-187 054,12
Pagamentos ao pessoal		-336 485,53	-342 429,61
Caixa gerada pelas operações		-270 057,53	-255 416,20
Outros recebimentos/pagamentos		269 114,11	272 618,61
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-943,42	17 202,41
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		0,00	0,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,16
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		74 288,21	10 000,00
Doações		2 632,87	9 220,61
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-60 732,22	-33 510,68
Juros e gastos similares		-3 790,36	-4 017,69
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		12 398,50	-18 307,76
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		11 455,08	-1 105,19
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		6 508,91	7 614,10
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		17 963,99	6 508,91

A Direção

Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*  
 João Luís dos Santos

*[Handwritten signature]*  
 2017

Handwritten signature and initials in the top right corner.

**ANARP**  
**ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA**

**Anexo**  
**Demonstrações Financeiras**  
**2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	11
5	Custos de Empréstimos Obtidos .....	11
6	Inventários .....	11
7	Rédito .....	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	12
9	Benefícios dos empregados .....	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	13
11	Outras Informações .....	13
11.1	Investimentos Financeiros .....	14
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	14
11.3	Créditos a receber .....	14
11.4	Outros ativos correntes .....	14
11.5	Diferimentos .....	14
11.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	15
11.7	Fundos Patrimoniais .....	15
11.8	Fornecedores .....	15
11.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
11.10	Outros passivos correntes .....	15
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
11.12	Fornecimentos e serviços externos .....	16
11.13	Outros rendimentos .....	16
11.14	Outros gastos .....	16
11.15	Resultados Financeiros .....	17
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	17
11.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	17



## 1 Identificação da Entidade

A “ANARP – ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, registada na Direção Geral da Ação Social no Livro nº 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o nº 19/97 a fls. 178 verso em 30 de maio de 1996, com sede em Rua Coronel Almeida Valente, nº 280, Porto.

Tem como objetivos:

- Promover o apoio, formação e investigação no domínio da saúde mental e reabilitação psicossocial;
- Promover a reabilitação e reintegração de pessoas com doença mental grave a dar apoio às famílias;
- Promover a integração social de cidadãos inadaptados e/ou em situação de exclusão social, com falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Implementar ações de apoio à infância e juventude, incluindo crianças e jovens em perigo.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

### **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

### 3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.



#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	79.807,66				79.807,66
Edifícios e outras construções	311.005,34				311.005,34
Equipamento Básico	47.762,68				47.762,68
Equipamento de Transporte	54.020,42				54.020,42
Equipamento Administrativo	56.351,21				56.351,21
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>548.947,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>548.947,31</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	160.828,12	4.841,03			165.669,15
Equipamento Básico	46.873,76	225,08			47.098,84
Equipamento de Transporte	36.187,09	11.687,49			47.874,58
Equipamento Administrativo	55.716,70	127,16			55.843,86
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>299.605,67</b>	<b>16.880,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>316.486,43</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>249.341,64</b>	<b>-16.880,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>232.460,88</b>

#### 5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	24.000,00	20.018,69	44.018,69	0,00	38.116,02	38.116,02
<b>Total</b>	<b>24.000,00</b>	<b>20.018,69</b>	<b>44.018,69</b>	<b>0,00</b>	<b>38.116,02</b>	<b>38.116,02</b>

#### 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" tem os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	39.835,65	12.994,48	1.132,01	35.278,88	8.398,14	907,97
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>39.835,65</b>	<b>12.994,48</b>	<b>1.132,01</b>	<b>35.278,88</b>	<b>8.398,14</b>	<b>907,97</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>51.698,12</b>			<b>43.901,06</b>

## 7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>261.608,57</b>	<b>275.400,03</b>
Quotas de utilizadores	259.191,07	272.644,55
Quotas e joias	2.417,50	2.755,48
<b>Outros Réditos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,16</b>
Juros	0,00	0,16
<b>Total</b>	<b>261.608,57</b>	<b>275.400,19</b>

## 8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2017			31-12-2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	418.086,00	0,00	0,00	405.583,32
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	14.077,48	0,00	0,00	13.366,87
I.N.R.	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.475,90
ERASMUS+	Não reembolsável	0,00	0,00	4.233,35	0,00	0,00	0,00
INTEGRAR med.5 (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	143.653,79	0,00	4.788,46	148.442,25	0,00	4.372,27
<b>TOTAL</b>		<b>143.653,79</b>	<b>0,00</b>	<b>441.185,29</b>	<b>148.442,25</b>	<b>0,00</b>	<b>432.798,36</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016 foram de "11". No início do período de 2017 tomaram posse os novos Órgãos Diretivos eleitos para o quadriénio 2017/2020, que têm a seguinte composição:

### Assembleia Geral

Presidente – Carlos Manuel Ribeiro de Sousa;

1º Secretário – Artur Joaquim Vale Peixoto Baptista;

2º Secretário – Fernando Cunha Correia.

### Direção

Presidente – João Filipe dos Santos Teixeira Neto;

Vice-Presidente – Jorge Augusto Fonseca da Cunha;

Secretário – Ana Maria Mota Santos;

Tesoureiro – José Carlos Santos Pinheiro;

Vogal – Joaquim José Cunha Ferreira Moreira.

**Conselho Fiscal**

Presidente – António Fernando Mesquita Barbeitos;

Vogal – Maria Helena Candeias Soares Fonseca;

Vogal – Laura Couto Queirós.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2017 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Apoio Cozinha/refeitório	895
3	Apoio CATL (serviço comunitário)	250

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foram de “38” e em 31/12/2017 foram de “36”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	420.267,65	430.323,52
Indemnizações	913,94	652,40
Encargos sobre as Remunerações	89.235,59	89.910,25
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.778,22	1.495,57
Outros Gastos com o Pessoal	2.030,96	2.967,53
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	1.895,94	4.249,61
<b>Total</b>	<b>517.122,30</b>	<b>529.598,88</b>

**10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas às Finanças em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**11 Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
<b>Outros investimentos financeiros</b>		
Fundo Compensação do Trabalho	1.818,94	1.232,64
<b>Total</b>	<b>1.818,94</b>	<b>1.232,64</b>

### 11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Quotas	830,00	312,50
<b>Total</b>	<b>830,00</b>	<b>312,50</b>

### 11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	2.247,50	1.020,00
<b>Total</b>	<b>2.247,50</b>	<b>1.020,00</b>

### 11.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.112,12	0,00
Entidades do Setor Público Administrativo - IEFP	4.708,87	2.165,29
Outros Devedores	1.500,00	1.500,00
<b>Total</b>	<b>8.320,99</b>	<b>3.665,29</b>

### 11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	3.239,87	2.537,05
<b>Total</b>	<b>3.239,87</b>	<b>2.537,05</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
IEFP	4.204,35	1.312,30
Quotas	12,50	0,00
<b>Total</b>	<b>4.216,85</b>	<b>1.312,30</b>

### 11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	6.527,76	3.088,17
Depósitos à ordem	11.436,23	3.420,74
<b>Total</b>	<b>17.963,99</b>	<b>6.508,91</b>

### 11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas	79.807,66	0,00	0,00	79.807,66
Resultados transitados	-114.531,35	848,72	0,00	-113.682,63
Outras variações nos fundos patrimoniais	148.442,25	0,00	-4.788,46	143.653,79
<b>Total</b>	<b>113.718,56</b>	<b>848,72</b>	<b>-4.788,46</b>	<b>109.778,82</b>

### 11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	3.327,53	7.700,26
<b>Total</b>	<b>3.327,53</b>	<b>7.700,26</b>

### 11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.062,51	1.983,19
<b>Total</b>	<b>1.062,51</b>	<b>1.983,19</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.426,39	6.797,56
Segurança Social	19.063,42	20.465,97
Fundo Compensação do Trabalho	59,19	62,50
<b>Total</b>	<b>24.549,00</b>	<b>27.326,03</b>

### 11.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal – remunerações a pagar		69,65		0,00
Pessoal – penhoras		745,99		0,00
Credores por acréscimo de gastos		77.442,94		76.301,34
Entidades do Setor Público Administrativo		3.218,25		0,00
Outros credores		0,00		2.410,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>81.476,83</b>	<b>0,00</b>	<b>78.711,34</b>

**11.11 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios das Entidades Públicas	436.396,83	428.426,09
Doações e heranças - Donativos	11.127,01	22.215,09
Outros – Fundação Calouste Gulbenkian	12.644,12	20.012,00
<b>Total</b>	<b>460.167,96</b>	<b>470.653,18</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

**11.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	350,55
Serviços especializados	45.600,58	45.133,90
Materiais	5.009,05	5.929,71
Energia e fluidos	32.511,91	37.329,49
Deslocações, estadas e transportes	7.636,54	9.943,11
Serviços diversos	49.391,27	42.028,59
Encargos com utentes	8.802,11	9.777,53
<b>Total</b>	<b>148.951,46</b>	<b>150.492,88</b>

**11.13 Outros rendimentos**

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>14.953,86</b>	<b>8.562,28</b>
Descontos de pronto pagamento obtidos	24,00	0,00
Outros rendimentos	14.929,86	8.562,28
<b>Juros e Outros Rendimentos Similares</b>	<b>0,00</b>	<b>0,16</b>
Juros Obtidos	0,00	0,16
<b>Total</b>	<b>14.953,86</b>	<b>8.562,44</b>

**11.14 Outros gastos**

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	2.203,43	2.463,81
Outros Gastos	5.410,90	8.137,63
<b>Total</b>	<b>7.614,33</b>	<b>10.601,44</b>

**11.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	775,55	2.645,82
<b>Total</b>	<b>775,55</b>	<b>2.645,82</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,16
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,16</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-775,55</b>	<b>-2.645,66</b>

**11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2017, foi a seguinte:

Creche – 40 utentes;

Pré-escolar – 64 utentes;

CATL – 59 utentes;

Fórum Sócio Ocupacional – 42 utentes.

**11.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção

ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA - ANARP  
CONTRIBUINTE Nº 503 631 507

**ATA nº 61**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e dezoito, reuniram em Assembleia Geral Ordinária, os associados da Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial – ANARP, nas suas instalações na Rua Professor Agostinho da Silva, nº 10, da cidade do Porto.

Por à hora marcada – dezassete horas e trinta minutos – não se encontrarem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, a reunião iniciou-se meia hora depois, ou seja às dezoito horas.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo seu Presidente - Carlos Manuel Ribeiro de Sousa - pelo Primeiro Secretário - Artur Joaquim do Vale Peixoto Baptista - e pelo Segundo Secretário - Fernando da Cunha Correia

Estiveram presentes doze associados que assinaram a lista de presenças.

Após declarar aberta a sessão, o Presidente solicitou autorização à assembleia para incluir na ordem de trabalhos o Estudo Económico-Financeiro, solicitado com urgência pela Segurança Social, para uma Residência Autónoma de Saúde Mental da ANARP. Os associados presentes autorizaram, por unanimidade, a inclusão do tema. Assim a ordem de trabalhos da assembleia passou a ser a seguinte: **Ponto Um** – Aprovação da Ata da Assembleia Geral número sessenta, de trinta de Novembro de dois mil e dezassete; **Ponto Dois** – Apreciação e votação do Relatório e Contas de Exercício relativos ao ano de 2017 e apreciação do Parecer do Conselho Fiscal; **Ponto Três** – Discussão e aprovação do Estudo Económico-Financeiro para uma Residência Autónoma de Saúde Mental da ANARP; **Ponto Quatro** - Outros assuntos de interesse para a associação.

Tendo sido verificado, pela Mesa da Assembleia que todos os documentos de suporte aos pontos da agenda estiveram disponíveis para serem consultados na sede da ANARP, desde o dia cinco de março de 2018, conforme regulam os Estatutos, e tendo sido verificada a identidade de todos os Associados presentes, foi dado início aos trabalhos.

No período de antes da ordem de trabalhos não houve qualquer intervenção ou pedido de esclarecimento.

No **Ponto Um**, o presidente da Mesa leu a ata número sessenta, colocando de seguida à discussão. Não tendo havido qualquer pedido de intervenção ou pedido de esclarecimento sobre este ponto a ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade.

No **Ponto Dois**, na ausência do Presidente da Direção, foi dada a palavra ao Vice-Presidente, Jorge Cunha, o qual incumbiu a técnica Teresa Santos, membro da equipa Técnica do Centro de Reabilitação e à responsável do Centro Infantil, Marta Vitorino, as quais apresentaram, respetivamente, o Relatório das Atividades do Centro de Reabilitação e o Relatório das Atividades do Centro Infantil. De seguida foi dada a palavra ao Tesoureiro da Direção, José Carlos Santos Pinheiro, que apresentou o Relatório de Contas referindo o total de gastos de setecentos e trinta e cinco mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta e seis cêntimos (735.245,46€) e o total de receitas de setecentos e trinta e seis mil setecentos e trinta euros e trinta e nove cêntimos (736.730,39€), de onde decorre o resultado líquido de mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e noventa e três cêntimos (1.484,93€); no que toca aos resultados operacionais estes foram positivos, verificando-se uma melhoria da situação económica e financeira relativamente ao exercício de 2016. De seguida o Presidente da Mesa leu o parecer positivo do Conselho Fiscal e colocou à discussão os documentos apresentados. Não tendo sido suscitado, por parte dos membros da Assembleia, qualquer dúvida ou comentário, foram postos à votação os Relatórios de Atividades e Contas do Exercício de 2017, os quais foram aprovados por unanimidade dos associados presentes. Antes de entrar no ponto seguinte, o Presidente da Mesa propôs um voto de louvor à Direção extensivo às equipas técnicas e demais colaboradores da ANARP, o qual foi aprovado por unanimidade e aclamação.

No **Ponto Três**, foi posto à discussão o estudo Económico-Financeiro para uma Residência Autónoma de Saúde Mental solicitado pela Segurança Social o qual não mereceu qualquer objeção por parte dos associados presentes, sendo aprovado por unanimidade.

No **Ponto Quatro**, não foi abordado qualquer outro assunto de interesse para a Associação.

Antes do encerramento, o Presidente da Mesa da Assembleia pediu à assembleia um voto de confiança para a elaboração desta Ata, para que as decisões tomadas produzissem efeitos imediatos. Voto esse que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

A Mesa da Assembleia Geral:

  
Carlos Manuel Ribeiro de Sousa  
Fernando da Cunha Correia